

Lindberg quer implantar o imposto único

O candidato do PMDB ao Senado, Lindberg Cury, defende uma ampla reforma no sistema tributário do País, com a criação de um imposto único que incidiria sobre as transações financeiras, eliminando todos os outros tributos e contribuições pagas pela sociedade ao governo, como imposto de renda, previdência, ICMS, ISS, IPI, entre outros. O projeto é do economista Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, diretor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, e foi enviado para a Associação Comercial do Distrito Federal para debate e possível viabilização.

O objetivo do imposto único, além de simplificar todo o sistema tributário, seria o de reduzir o custo de arrecadação dos 50 impostos atualmente em vigor no País. Segundo explicações do economista Marcos Cintra, o novo imposto também serviria para combater a sonegação, já que incidiria sobre todos os cheques e ordens de pagamentos emitidos e a fiscalização seria feita no sistema de compensação bancária. Lindberg achou a proposta extraordinária, por sua simplicidade, inovação e eficiência, e pretende propor uma emenda à Constituição, caso eleito.

Pelo projeto, todas as transações financeiras seriam taxadas em um por cento para a parte credora e um por cento para a parte devedora, perfazendo dois por cento em cada transação completa. Para evitar que as transações realizadas em moeda ficassem isentas de tributação, todo saque ou depósito de moeda circulante, de grande vulto, seria taxado com uma alíquota maior, de quatro por cento, para desestimular qualquer sonegação.

Lindberg estudou profundamente o projeto do economista Marcos Cintra e acredita que com a sua implantação, toda a população pagará menos impostos e o Estado arrecadará maiores, já que irá economizar os recursos atualmente empregados na máquina arrecadadora, com batalhões de fiscais, cujas estimativas mais conservadoras chegam a mais de dez por cento dos impostos arrecadados.

Um dos mais beneficiados com o novo imposto, segundo Lindberg, será o trabalhador. "Atualmente, o empregado recebe no final do mês apenas 80 por cento ou menos do seu salário, devido aos vários descontos com imposto de renda, contribuição previdenciária e outros tributos. Com o novo imposto, ele só descontaria um por cento do seu salário, isso se mantiver transações bancárias. Caso contrário fica isento", explicou o candidato.